----------ATA nº04/2018----------

-------- Aos vinte e um dias do mês de setembro de dois mil e dezoito, pelas vinte horas e trinta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu-se em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Vila Velha de Ródão, com a seguinte ordem de trabalhos: ---------

----**1**-Ponto prévio antes da ordem do dia; ----------

----**2**-Apreciação, discussão e eventual aprovação à alteração ao Mapa de Pessoal; ----------

----**3**-Apreciação, discussão e eventual aprovação da Revisão aos Documentos Previsionais; ----------

----**4**-Apreciação, discussão e eventual aprovação da não aplicação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem; ----------

----**5**-Apreciação, discussão e eventual aprovação da fixação de Taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis; ----------

----**6**-Apreciação, discussão e eventual aprovação da participação variável no I.R.S.; ----------

----**7**-Apreciação, discussão e eventual aprovação do lançamento de Derrama; ----------

----**8**-Informação do Sr. Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade do Município nos termos da alínea c) do n.º2 do artigo 25º da Lei 75/2013 de 12 de setembro; ----------

----**9**-Outros assuntos de interesse para o Município; ----------

----**10**-Período de intervenção do público nos termos do Regimento;-

----O Sr. Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão e procedeu à conferência dos membros, verificando-se a falta dos membros, Vitor Filipe Marques e Carlos Alberto Silva Gonçalves, tendo ambos justificado a sua ausência e o membro Carlos Gonçalves solicitou a sua substituição, em conformidade com os artigos 54º e 58º do Regimento da Assembleia Municipal, tendo assim estado

presente o membro José Carlos Lopes Soares.----------
---- Foi dado conhecimento da correspondência remetida à Assembleia Municipal ficando disponível para eventual consulta.----------
---- Em seguida, o Presidente da Assembleia Municipal colocou à apreciação a ata da sessão realizada em 27/06/2018, previamente remetida a todos os membros e da qual, conforme deliberado na sessão de 22/12/2017, foi dispensada a leitura e não havendo intervenções, foi a mesma colocada a votação e aprovada por maioria, com 1 (uma) abstenção do membro Maria Leonor Trigueiros Soares de Aragão, por não ter estado presente nessa sessão.-------
----1-Ponto prévio antes da Ordem do Dia:----------
---- O membro Fernando Roma solicitou a entrada na Mesa de uma Moção sobre a insegurança no nosso concelho e a necessidade do reforço das forças de segurança, tendo sido aprovada a sua entrada por unanimidade. Após leitura, que aqui se dá por transcrita, foi esta aprovada por unanimidade e cuja cópia se arquiva junto á presente ata.----------
---- O membro Fernando Roma deixou uma palavra de agradecimento pelo empenho da Câmara Municipal ao aceitar a sugestão aqui referida na última sessão, da visita ao local onde estavam depositadas as lamas retiradas do Rio Tejo e embora não tendo estado presente, salientou a eficácia como decorreram os trabalhos sobre a responsabilidade do Ministério do Ambiente, questionando para quando a conclusão dos mesmos e da recolha dessas lamas. Concluiu que, ao contrário do que tinha sido alvitrado por algumas pessoas, não se verificaram estragos na paisagem, referindo a postura do Sr. Presidente da Câmara Municipal que esteve sempre ao lado da solução do problema, com serenidade e responsabilidade do lugar que ocupava, em defesa das industrias locais, deixando as

autoridades competentes resolver o problema da poluição, dado que a situação transvasava completamente o âmbito da Câmara Municipal e a qualidade da água do rio, que chega ao nosso território, já não é a melhor. ----------

----O membro Ricardo Morgado solicitou a entrada na Mesa de uma Moção sobre a Central Nuclear de Almaraz e a construção de um aterro de resíduos nucleares, tendo sido aprovada a sua entrada por unanimidade, tendo-se procedido à leitura da mesma, que aqui se dá por transcrita e cuja cópia se arquiva junto á presente ata. ------

----O membro José Carlos Soares disse existir uma estação do IPMA (Instituto Português do Mar e da Atmosfera), junto à ponte do Rio Tejo em Vila Velha de Ródão, que monitorizava a radiação, sugerindo que a Autarquia questiona-se essa entidade sobre em que ponto estava a ser feito esse acompanhamento e quais os valores observados ----------

----O Presidente da Assembleia Municipal recordou que os membros eleitos da Assembleia Municipal poderiam, nessa qualidade, eles próprios, colocar questões a qualquer entidade ou membro do governo não sendo necessário recorrer à Assembleia ou Câmara Municipais para fazer o trabalho que nos competia, deixando o desafio para que este membro questiona-se diretamente essa entidade. ----------

----O membro Luis Coutinho disse que o tema Almaraz continuava a ser um assunto gravíssimo e da maior importância, não só para o nosso concelho, mas também para todas as zonas ribeirinhas do Rio Tejo e como tal, a bancada da Coligação "Novo Rumo", partilhava dessa preocupação e estavam disponíveis para colaborar e dar todos os contributos que achassem necessários para contrariar esta situação.- ----------

----O membro Maria José Sobreira, no seguimento das notícias que

vieram a público sobre o encerramento dos CTT em Vila Velha de Ródão, disse que os membros da bancada socialista manifestavam o seu descontentamento por este facto. Sendo este um concelho com uma das menores taxas de desemprego do país, com uma enorme capacidade de atração de investimento, que primava por uma política de apoios sociais e por um esforço significativo na fixação de pessoas, eram da opinião que, o fecho dos CTT representavam uma menos valia para este concelho. Assim, gostariam de saber quais as medidas que estavam a ser tomadas no sentido de se poder, se ainda fosse possível, reverter esta decisão.----------

---- O Sr. Presidente da Câmara Municipal começou por dizer que era surpreendente que Vila Velha de Ródão fosse dos primeiros concelhos abrangidos por esta decisão, sendo público que os CTT iriam encerrar em mais concelhos, na sua maioria no interior do país. Após contacto com a administração da empresa, viu confirmada essa decisão, manifestando de imediato a sua inconformidade com a mesma, mesmo entendendo que tratando-se de uma empresa privada, entendia que era preciso não esquecer que era uma empresa que tinha uma concessão pública, que lhe fora atribuída num processo de privatização e como tal tinha responsabilidades diferentes de outras empresas privadas. Perante esta situação solicitou de imediato uma reunião com a administração da mesma, que já se realizara e com o Sr. Ministro das Infraestruturas, que remeteu para o seu Secretário de Estado, mas até à data ainda não fora agendada. Por parte dos CTT, percebeu que a decisão estava tomada e que iria abranger muitos concelhos do país. Perante este cenário procurou garantir que a presença da empresa tivesse um mínimo de qualidade de resposta relativamente áquilo que eram as condições e especificidades do nosso concelho, ou seja e neste caso, transferir

o serviço para uma loja e nesse âmbito ser assegurado pela Junta de Freguesia ou por um particular. O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Vila Velha de Ródão disponibilizou-se para fazer parte de uma solução que garantisse estes serviços com o mínimo de qualidade possível, conseguindo um entendimento entre a Câmara Municipal, Junta de Freguesia e a administração da empresa, que manifestou abertura para cedência do atual espaço onde funciona a loja CTT, para que, no mesmo, passa-se a funcionar um posto de atendimento e mais alguns serviços da Junta de Freguesia que estavam a ser perspetivados e desta forma continuar a prestar este serviço à população. Mais disse que, para o executivo, esta era uma solução provisória e de recurso para que, de alguma forma, se pudesse garantir à população os serviços mínimos, entendendo que o Estado não se podia demitir de exercer o seu papel e iria-se debater até às últimas consequências para que, nesta situação, o Estado assumisse um papel diferente. Considerou que esta situação era um rude golpe às políticas de desenvolvimento deste concelho e continuaria a exigir da Administração Central e em particular do Governo, que este processo, que se iniciou com a privatização desta empresa e no qual não foi garantido, nesse momento, que esta deveria permanecer nos territórios através de uma rede própria de lojas, para que no âmbito daquilo que iria ser a renegociação dos contratos de concessão, a ocorrer em 2020 (dois mil e vinte), esse cuidado fosse colocado à administração desta empresa. Informou também que estava em contacto com os autarcas dos concelhos abrangidos por esta decisão, no sentido de juntos pressionarem o Governo no sentido de garantir que, no mínimo, em 2020 (dois mil e vinte), no processo de renegociação da concessão, estas questões fossem acauteladas. ----------

---- O Presidente da Assembleia Municipal exprimiu a sua preocupação com aquilo que todos os Governos, sem exceção, vinham fazendo em relação ao interior, dando como o exemplo a não construção da Barragem do Alvito e a privatização dos CTT. Mais disse que, alguns dos membros que já cá estavam há muitos anos, vinham assistindo consecutivamente, Governo após Governo e independentemente do Partido, ao esvaziamento do interior. Na sua opinião e estando aqui todos na defesa dos interesses do interior e das suas gentes tinham por obrigação de vincar veemente a nossa revolta em relação a esta situação. Embora não duvidando que todos o estavam a fazer, continuava a achar que deveriam todos estar ao lado de quem luta contra isto e neste caso, os autarcas, independentemente do Partido, parecendo-lhe que aquilo que se passava com os CTT, num concelho que está a aumentar a sua população escolar, a criar emprego e a construir habitação, era contraproducente aquilo que se passava neste país. Respeitava as decisões das empresas mas responsabilizava fortemente os governantes que permitiram privatizar empresas e não tiveram em conta aquilo que já existia acordado com os Governos anteriores.--

---- O membro Luis Coutinho começou por dizer que, segundo julgava saber, a Junta de Freguesia de Vila Velha de Ródão não utilizava glifosato no controle de infestantes e a ser verdade, a Coligação "Novo Rumo" congratulava-se com esta opção e gostariam que as restantes Juntas de Freguesia e a Autarquia, caso ainda o não fizessem, seguissem esta orientação nas suas áreas de intervenção, erradicando do concelho a utilização de herbicidas, pretendendo-se com esta medida, já aplicada em várias localidades do país, diminuir os impactos ambientais e os riscos para a saúde pública. Continuou dizendo que a Coligação "Novo Rumo" insurgia-se também

quanto ao encerramento dos CTT e apoiava o que fora dito pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal à comunicação social, disponibilizando-se para apoiar qualquer ação que a autarquia achasse por bem desenvolver em prol da manutenção da estação dos CTT, não achando aceitável que o Ministro da Infraestruturas delegasse o assunto no seu Secretário de Estado, porque entendiam que esta era uma questão politica e não técnica. Assim, o Sr. Presidente da Câmara Municipal poderia contar com esta bancada para levar o problema ao Sr. Primeiro-ministro e se necessário, ao Sr. Presidente da República. Não poderiam admitir que o Sr. Primeiro--Ministro fosse a favor do interior no discurso e que na prática se assistisse ao total desinteresse pelo mesmo, sobretudo pelos territórios de baixa densidade, continuando assim a estratégia ou falta dela, infelizmente seguida pelos vários Governos, como aliás fora referido pelo Presidente da Assembleia Municipal e muito bem. Mais disse que o importante era que apesar das diferenças politicas, se concentrassem todos os esforços em prol da reversão desta decisão, lesiva dos interesses da população, reiterando o apoio às ações que a Câmara Municipal tenha por bem desenvolver e propunham a realização conjunta de uma manifestação de protesto junto das instalações dos correios. ----------

----O Presidente da Assembleia Municipal disse estar de acordo com o conteúdo da intervenção, mas discordava do facto de que este membro se referira ao atual Primeiro-ministro, que não tinha poder sobre a decisão de uma empresa, mas o anterior Ministro, que privatizara os CTT e a EDP, tinha poder para o ter feito e não fez.

----O membro Luis Coutinho frisou que tinha ficado bem claro que se referira a todos os Governos, mas era evidente que tinha que citar o atual Primeiro-Ministro porque estavam a apelar e a

disponibilizarem-se para apoiar o Sr. Presidente da Câmara nos contactos que tiver que fazer, sendo óbvio que era o atual Governo que teria de responder por esta situação, ainda que criada erradamente por Governos anteriores.----------

---- Continuou, deixando uma palavra de agradecimento pela iniciativa e convite que fora endereçado aos membros da Assembleia Municipal para visitar o local onde estavam depositadas as lamas provenientes da limpeza do leito do Rio Tejo, onde tomaram conhecimento e trocaram impressões com os técnicos sobre os trabalhos realizados, salientando que a opinião desta bancada era a mesma, ou seja, em termos técnicos parecera-lhes ótimo e apesar de tudo, conseguira-se não eliminar tantas árvores como o que era esperado, o que era positivo. À ressalva feita pelo Presidente da Assembleia Municipal que, segundo o que fora dito, não tinham sido sacrificadas árvores, este respondeu que, na realidade tinham sido cortadas algumas, mas menos do que o esperado. No entanto, a questão primordial e que tivera ocasião de transmitir ao Sr. Presidente da APA (Agência Portuguesa do Ambiente), era que prefeririam que se tivesse gasto mais algum dinheiro e o local escolhido não tivesse sido aquele.----------

---- No seguimento da intervenção do membro Júlia Ceia sobre a sua preocupação quanto à construção da barragem do Alvito e à possível redução de caudal a entrar no Rio Tejo que poderia agravar mais o problema da poluição no mesmo, o Presidente da Assembleia Municipal disse que esse era um problema que não se punha uma vez que esta barragem não iria ser construída, tendo em seguida explicado todo o processo que levou a esta decisão.----------

---- O membro Ricardo Morgado começou por dizer que, em relação ao encerramento dos CTT, a bancada do Partido socialista solidarizava-

-se com as ações tomadas pela Câmara Municipal, reforçando que a privatização desta empresa fora efetuada na vigência de um Governo PSD e que realmente as ações dos Governos são limitadas quanto às decisões tomadas por empresas privadas e uma vez mais, o problema recaía sobre as Câmaras Municipais. ----------

----Continuou dizendo que em relação à utilização do glifosato, este era um problema abrangente e muito técnico, porque não havia estudos objetivos que comprovassem os malefícios do glifosato, que passaria mais pela concentração do produto e não pela maneira como o mesmo seria aplicado, desafiando a bancada da Coligação "Novo Rumo" a referir quais as alternativas ao uso do mesmo. ----------

----Sobre a visita ao local onde estavam depositadas as lamas provenientes da limpeza do Rio Tejo, referiu o sucesso da mesma, salientando que a bancada da Coligação "Novo Rumo" já anteriormente se tinha manifestado contra este processo e contra o local onde as mesmas estavam depositadas, mas pelos vistos estavam redondamente enganados. ----------

----À questão do Presidente deste Órgão, se a Autarquia usava o glifosato, o Sr. Presidente da Câmara Municipal respondeu que a autarquia não usava este produto, sabendo que durante um certo período de tempo, por imposição legal, a aplicação do mesmo em espaços públicos esteve interdita mas que entretanto houvera uma alteração e já era novamente permitida a sua utilização. De qualquer forma a Câmara Municipal adquirira produtos alternativos com uma base mais biológica que ainda não tinham sido utilizados porque se incidira mais na ação mecânica, acrescentando que nenhuma Junta de Freguesia do Concelho usava herbicidas com glifosato. ----

----O membro Luis Coutinho manifestou o seu agrado pela não utilização deste produto e esclareceu que realmente a sua

utilização ainda era permitida. Em relação à intervenção do membro Ricardo Morgado, disse-se admirado por este não se mostrar preocupado com os efeitos da utilização do glifosato, tendo em seguida falado mais sobre os malefícios da utilização do mesmo, do impacto ambiental e de uma forma mais direta, do seu impacto na saúde pública e que a sua utilização, seja numa forma composta ou "*per si*", trazia sempre problemas. Aproveitou para informar que quem estivesse interessado, poderia participar num encontro que se iria realizar no dia 29 (vinte e nove) de setembro com a participação da Plataforma "Transgénicos Fora" e onde se iria falar precisamente do glifosato e dos OGM (organismos geneticamente modificados), esclarecendo dúvidas e procurando alternativas.-----

---- O membro Leonor Aragão demostrou a sua preocupação quanto ao encerramento dos CTT, principalmente para os mais idosos, questionando se não haveria algo que se pudesse fazer para reverter esta situação.----------

---- O Presidente da Assembleia Municipal disse que, na sua opinião pessoal, havia empresas que não deveriam ser privatizadas para que não acontecessem estas situações, mas uma vez mais a postura da Autarquia seria a mais correta e prendia-se com o facto de que estava a envidar todos os esforços para assegurar a continuação destes serviços, situação essa que estaria praticamente conseguida.

---- O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Vila Velha de Ródão, esclareceu que o assunto dos CTT vinha a ser trabalhado em conjunto com o Sr. Presidente da Autarquia, tendo inclusive e após este ter tido reuniões com o coordenador de área e com a administração dos CTT, vindo a ser bastante pressionado pela gestora de parceiros da empresa com ameaças de que se a Junta de Freguesia não aceitasse a proposta por eles apresentada, o serviço

iria ser entregue a um particular, mas tem vindo a fazer os possíveis para retardar uma decisão para ver se havia algum retrocesso neste processo. Como de maneira nenhuma poderia aceitar a ideia de ver os serviços postais a ser prestados num canto de um supermercado ou loja qualquer, a Junta de Freguesia de Vila Velha de Ródão, queria ser a solução e assim, caso o processo ainda não possa ser revertido, esta iria assegurar praticamente todos os serviços postais que estão a ser prestados atualmente na loja CTT, utilizando as suas infraestruturas, instalações e equipamentos, garantindo também a formação adequada à pessoa que iria ali ficar, continuando assim a prestar este serviço à população do concelho.—

----O membro Leonor Aragão disse que esta decisão era demostrativa da pouca sensibilidade por parte da empresa, com os seus funcionários e com a população em geral. ----------

----Ao pedido de esclarecimento do membro José Carlos Soares de que e segundo percebera, os serviços iriam continuar a ser prestados nas instalações atuais mas não pelos CTT e sim pela Junta de Freguesia de Vila Velha de Ródão, o Presidente da Junta respondeu afirmativamente. ----------

----O membro Luis Coutinho disse que, apesar de tudo, a manutenção dos serviços era uma boa noticia para a população, mas no seguimento da anterior intervenção do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ficara com a ideia de que, apesar de esta ser uma empresa privada, tinha funções na área do serviço público e com base nisso ainda estaria a tentar pressionar, de alguma forma, a reversão desta decisão. ----------

----O Sr. Presidente da Câmara Municipal esclareceu que a preocupação imediata fora que o serviço que estava a ser atualmente prestado pelos CTT não fosse passado para um outro espaço que não

garantisse o mínimo de qualidade e isso conseguira-se com a colaboração da Junta de Freguesia de Vila Velha de Ródão, mas como fora percetível, tem havido uma grande pressão para que esta solução fosse aceite porque, pela primeira vez, o atendimento destes serviços irá continuar a ser feito nas mesmas instalações onde funcionam atualmente. Obviamente e dado à pressão que estavam a fazer junto do Governo em conjunto com outros autarcas, dera indicação ao Sr. Presidente da Junta para atrasar um pouco essa resposta, no sentido de manterem a pressão sobre a empresa. Para a Autarquia seria inaceitável que fosse tomada uma decisão diferente desta, realçando a importância do papel do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Vila Velha de Ródão que compreendera a importância da continuação deste serviço e fazendo parte da solução.----------

---- 2-Apreciação, discussão e eventual aprovação à alteração ao Mapa de Pessoal;----------

---- Não havendo intervenções neste ponto e após votação, foi deliberado, ao abrigo da alínea o) do nº1 do artigo 25º, da Lei nº75/2013, de 12 de setembro, aprovar por unanimidade a alteração à estrutura do Mapa de Pessoal, conteúdos funcionais e a previsão de gastos com recrutamento de trabalhadores para novos postos de trabalho, com vista à regularização extraordinária para alguns vínculos, conforme minuta nº154/2018, de 07/09/2018 da Câmara Municipal, que ficará arquivada junto aos documentos presentes nesta sessão.----------

---- A presente deliberação foi aprovada em minuta.----------

---- 3-Apreciação, discussão e eventual aprovação da Revisão aos Documentos Previsionais;----------

---- Não havendo mais intervenções e após votação, foi aprovada por maioria, com 13 (treze) votos a favor e 4 (quatro) abstenções dos

membros, Luis Manuel Machado Brito Coutinho Dias, Júlia Cristina Marchão Ceia, Maria Leonor Trigueiros Soares de Aragão e José Carlos Lopes Soares e em conformidade com a alínea a) do nº1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, 4ª Revisão ao Orçamento de Despesa, no valor de 269.000,00€ (duzentos e sessenta e nove mil euros), a 4ª Revisão ao Plano Atividades Municipais, com uma diminuição de 21.500,00€ (vinte e um mil e quinhentos euros) e a 3ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos, no valor de 220.000,00 € (duzentos e vinte mil euros). ----------

----A presente revisão justifica-se pela necessidade de criar em PPI, três novas rubricas relativas a projetos financiados, designadamente " Beneficiação do C.M. Alvaiade/Sarnadas/Chão das Servas" e "Beneficiação do C.A. Vilas Ruivas/Perdigão" e "Requalificação Ambiental do Ribeiro do Encharrique" e para alterar outras rubricas já existente em Orçamento.----------

----A presente deliberação foi aprovada em minuta. ----------

----4-Apreciação, discussão e eventual aprovação da não aplicação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem; ----------

----Á questão do membro Fernando Roma sobre qual o motivo da não aplicação desta taxa, o Sr. Presidente da Câmara Municipal respondeu que se prendia com o valor residual arrecadado ao abrigo da mesma, tendo o membro José Carlos Soares acrescentado que o pagamento desta era imputado ao consumidor final. ----------

----Não havendo mais intervenções neste ponto e após votação e nos termos do disposto na alínea b) do nº1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro e conforme proposta da Câmara Municipal, deliberou, por unanimidade, a não aplicação, no ano de 2019, da Taxa Municipal de Direitos de Passagem, prevista nos termos da alínea b) do nº 2 do artigo 106º da Lei 5/2004, de 10 de fevereiro,

na atual redação.----------

---- A presente deliberação foi aprovada em minuta.----------

---- ***5-Apreciação, discussão e eventual aprovação da fixação de Taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis;***----------

---- Não havendo intervenções neste ponto e após votação, foi deliberado, por unanimidade, com base no preceituado nos números 1, 5, e 8 do artigo 112° e número 1 do artigo 112°-A, do anexo I ao Decreto-Lei n° 287/2003, de 12 de novembro (Código do Imposto Municipal sobre Imóveis) e ainda da alínea d) do n°1 do artigo 25° da Lei 75/2013 de 12 de setembro, fixar as Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis, em 2018 e de acordo com a proposta do executivo municipal, nos seguintes valores:----------

---- **a)**-Prédios Rústicos: **0,8%** (taxa estabelecida por lei);-------

---- **b)**-Prédios Urbanos: **0,3%**;----------

---- **c)**-Prédios Urbanos Degradados: majoração de **30%**;----------

---- **d)**-Redução da taxa para o agregado familiar, prevista no artigo 112°-A do CIMI.----------

---- A presente deliberação foi aprovada em minuta.----------

---- ***6-Apreciação, discussão e eventual aprovação da participação variável no I.R.S.;***----------

---- O membro Luis Coutinho disse que os membros da bancada da Coligação "Novo Rumo", não concordavam com o proposto e iriam votar contra, porque achavam importante para o concelho aumentar o poder económico das famílias e assim, de forma direta ou indireta, estimular o consumo no comércio local. Lembrou inclusive que no programa eleitoral desta Coligação propunham a devolução de 2% (dois por cento) aos contribuintes que pagavam IRS.----------

---- O Sr. Presidente da Câmara Municipal referiu que este era um imposto progressivo e como tal a medida que estava a ser proposta

por esta bancada, beneficiaria as pessoas dos escalões mais elevados, que pagavam mais impostos e assim, por esta via, ver-lhe-iam ser devolvido um maior valor de IRS. Entendia que era preferível ter um conjunto de políticas sociais abrangentes e que favorecessem os extratos sociais mais desfavorecidos. ----------

----O membro Luis Coutinho reforçou que eram da opinião de que seria benéfico para a economia do concelho que houvesse a devolução da percentagem referida, lembrando que aquilo que é declarado nem sempre correspondia à realidade dos factos. ----------

----O Sr. Presidente da Câmara Municipal lembrou que, em relação ao IMI, aprovado no ponto anterior, entre outras, havia a redução deste imposto para as famílias em conformidade com o número de dependentes do agregado familiar, referindo que esta medida abrangia 150 (cento e cinquenta) famílias e que estavam de certa forma a devolver às mesmas, um valor total de cerca de 20.000,00€ (vinte mil euros), achando que esta sim era uma iniciativa justa porque beneficiava aqueles que tinham um rendimento "*per capita*" mais baixo. ----------

----Não havendo mais intervenções e após votação, foi deliberado, por maioria, com 13 (treze) votos a favor e 4 (quatro) votos contra dos membros, Luis Manuel Machado Brito Coutinho Dias, Júlia Cristina Marchão Ceia, Maria Leonor Trigueiros Soares de Aragão e José Carlos Lopes Soares, nos termos e para os efeitos previstos nos números 1 e 2 do artigo 26°, da Lei n° 73/2013, de 3 de setembro e de acordo com a proposta do executivo municipal, que a participação do município de Vila Velha de Ródão no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na área do município, relativamente ao ano de 2019, seja de **5% (cinco por cento)**. -------

----A presente deliberação foi aprovada em minuta. ----------

---- 7- Apreciação, discussão e eventual aprovação do lançamento de Derrama;----------

---- O membro Maria José Sobreira disse concordar com a diferenciação das taxas propostas pelo executivo conforme o volume de negócio das empresas. Mais disse que a derrama era uma receita importante para o Município, principalmente para a continuação das políticas de apoio social.----------

---- O membro José Carlos Soares, em nome da bancada da Coligação "Novo Rumo", propôs à Mesa que os pontos um e dois da minuta da proposta do executivo sobre a aplicação deste imposto, fossem votados separadamente.----------

---- À questão colocada pelo Presidente da Assembleia Municipal sobre qual o objetivo desta proposta, o membro José Carlos Soares respondeu que o que estava em apreciação duas taxas distintas para este imposto e como tal terem opiniões diferentes quanto à aplicação de cada uma delas.----------

---- O Presidente da Assembleia Municipal colocou a votação a proposta apresentada tendo a mesma sido rejeitada por maioria, com os votos a favor da bancada da Coligação "Novo Rumo" e os votos contra da bancada do Partido Socialista, ficando assim decidido que a apreciação, análise e eventual aprovação das taxas sobre a Derrama, iriam ser votadas em conjunto.----------

---- À questão do Presidente da Assembleia Municipal sobre qual o interesse para o concelho de votar separadamente as taxas da Derrama, o membro José Carlos Soares em resposta à mesma referiu os concelhos do distrito que não aplicavam este imposto e aqueles que aplicando o coeficiente percentual era mais reduzido. Mais disse que estas taxas eram aplicadas ao volume de negócio das empresas, ou seja, sobre o lucro tributável e só eram aplicadas às empresas

que estavam ao abrigo do IRC mas não era aplicada às que estavam sobre o regime de IRS, achando assim esta uma situação de injustiça e por isso serem da opinião que as empresas com o volume de negócios até 150.000,00€ (cento e cinquenta mil euros) deveriam estar isentas do pagamento desta taxa e assim, possivelmente ajudarem as empresas que estivessem nesta situação. ----------

----À questão do Presidente da Assembleia Municipal se sabia porque é que o executivo aplicava este imposto, este membro respondeu que possivelmente seria por existirem empresas no nosso concelho com um volume de negócio considerável e o valor arrecadado pela Autarquia era muito significativo, mas questionava também quantas empresas com um volume de negócio até 150.000,00€ (cento e cinquenta mil euros), existiam e pagavam derrama e qual o significado do valor pago por estas para a Autarquia em relação às de maior dimensão. ----------

----O Presidente da Assembleia Municipal disse que sempre votara a favor do lançamento da Derrama, porque uma Autarquia que investia nos apoios sociais como esta, tinha que taxar aqueles que tinham algum volume de negócio e não taxar aqueles que tinham um fraco volume de negócio, considerando até que a taxa a aplicar aos primeiros era uma taxa de responsabilidade social. ----------

----O membro José Carlos Soares, no seguimento destas palavras, disse que isso era o que tinham vindo a dizer e que sendo assim, em vez da taxa sobre os rendimentos mais elevados ser de 1,2% (um virgula dois por cento) e muito bem, subir-se-ia para 1,3% (um virgula três por cento) ou 1,5% (um virgula cinco por cento). -----

----À afirmação do Presidente da Assembleia Municipal que dissera que uma das prorrogativas de quem exercia o poder, ou seja o atual executivo, era propor o que entendia propor, este membro disse que

apesar de ser evidente que a proposta apresentada por esta bancada ter sido rejeitada, ficaria aqui expressa a sensibilização para que a Câmara Municipal, na pessoa do seu Presidente e se assim o entendesse, nos anos futuros repensasse esta situação.----------

---- O membro Ricardo Morgado, no seguimento das intervenções do Presidente deste Órgão e do membro José Carlos Soares, disse que os exemplos que este membro referiu eram de municípios que, possivelmente, não tinham conseguido captar investimentos e não conseguia perceber onde é que a taxa da derrama pesara no não investimento no nosso concelho, quando os indicadores eram todos contrários. Assim, entendiam que este era um não assunto e esta bancada corroborava com a proposta do executivo.----------

---- O membro Luis Coutinho esclareceu que a proposta de votar os dois pontos deste imposto separadamente, seria no sentido de votar a favor da taxa para o escalão acima dos 150.000,00€ (cento e cinquenta mil euros), mas pretendiam a redução da taxa para o escalão mais baixo, com o objetivo de assim estimular e cativar as pequenas empresas. Fazendo a votação em conjunto não lhes possibilitaria fazer essa opção.----------

---- O membro José Carlos Soares disse que era lógico que no nosso concelho existia uma empresa que devido ao seu grande volume de negócio pagava, mas dando o exemplo do município da Covilhã onde estava sedeado o Centro da PT (Portugal Telecom), devido ao seu número de contribuinte, não estava abrangido por este imposto e como tal não pagava. Colocou novamente a questão de quanto é que era o valor da receita recebida ao abrigo da taxa referente às empresas do escalão mais baixo e qual o peso da mesma no total arrecadado com este imposto.----------

---- O Presidente da Assembleia Municipal disse que de momento não

disponha desse dados, mas este membro tinha todo o direito de, a qualquer momento, colocar esta ou outras questões aos serviços do Município e assim ver esclarecidas as mesmas. ----------

----Não havendo mais intervenções e após votação e nos termos do disposto no artigo 18° da Lei 73/2013, de 3 de setembro, e ao abrigo do disposto na alínea d) do n°1 do artigo 25° da Lei 75/2013 de 12 de setembro, foi deliberado, por maioria, com 13 (treze) votos a favor e 4 (quatro) votos contra dos membros, Luis Manuel Machado Brito Coutinho Dias, Júlia Cristina Marchão Ceia, Maria Leonor Trigueiros Soares de Aragão e José Carlos Lopes Soares o seguinte: ----------

----**a)**- Aprovar o lançamento de uma Derrama, para o ano de 2018, nos termos do n°1 do artigo 18° da Lei 73/2013, de 3 de setembro, no valor de **1,2%**; ----------

----**b)**- Aprovar, nos termos do n°12 do mesmo artigo, uma taxa reduzida de Derrama, no valor de **0,6%**. ----------

----A presente deliberação foi aprovada em minuta. ----------

----8-Informação do Sr. Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade do Município nos termos da alínea c) do n.°2 do artigo 25° da Lei 75/2013 de 12 de setembro; ----------

----Sobre este ponto foi entregue a cada membro da Assembleia uma Informação escrita evidenciando no n°1, a situação financeira, reportada à data de 13 (treze) de setembro, nomeadamente, os valores da receita cobrada de 5.588.468,53€ (cinco milhões, quinhentos e oitenta e oito mil, quatrocentos e sessenta e oito euros e cinquenta e três cêntimos), dos pagamentos efetuados de 4.602.240,95€ (quatro milhões, seiscentos e dois mil, duzentos e quarenta euros, e noventa e cinco cêntimos) e do saldo reportado a 13/09/2018 de 4.054.960,04€ (quatro milhões, cinquenta e quatro

mil, novecentos e sessenta euros e quatro cêntimos), bem como as faturas por pagar a fornecedores no valor de 188.453,65€ (cento e oitenta e oito mil, quatrocentos e cinquenta e três euros, e sessenta e cinco cêntimos) e no nº2, as principais atividades desenvolvidas pela autarquia nos setores da Educação, Cultura, Desporto e Tempos Livres, Ação Social, do Desenvolvimento e Turismo, no Apoio ao Desenvolvimento e Proteção Civil, no da Habitação e Urbanismo, Obras e Projetos Municipais.----------

---- O Sr. Presidente da Câmara Municipal informou que foi com agrado que, com o início do novo ano escolar, verificara a criação de mais duas turmas, uma no pré-escolar e outra no ensino básico o que evidenciava a aposta nas políticas da Câmara Municipal na atração de investimento, criação de emprego e fixação de pessoas e apesar de ter criado algumas dificuldades na organização dos transportes escolares, pois voltou-se a ir a localidades que já há muitos anos que não se ia, conseguiu-se em articulação com a Rodoviária da Beira Baixa e a Santa Casa da Misericórdia de Vila Velha de Ródão resolver esta situação. Paralelamente foi necessário efetuar obras de alteração e requalificação no Jardim de Infância do Porto do Tejo para albergar mais uma turma, dando nota de que nestas obras e em obras na sede do Agrupamento de Escolas, a Autarquia, este ano, já tinha feito um investimento de 200.000,00€ (duzentos mil euros), estando já a perspetivar mais intervenções na sede do Agrupamento ao abrigo de uma candidatura na área da eficiência energética. Salientou que o número de alunos tem vindo a crescer, referindo que entre os anos de 2013 e 2018, na creche passou de 20 (vinte) para 36 (trinta e seis) alunos, no Jardim de Infância de 43 (quarenta e três) para 57 (cinquenta e sete) alunos e no ensino básico de 118 (cento e dezoito) para 147 (cento e

quarenta e sete) alunos, ou seja, no total de 181 (cento e oitenta e um) alunos em 2013 para 240 (duzentos e quarenta) alunos em 2018. Por sua vez também levou a um aumento do investimento global da Autarquia na educação, de 292.000,00€ (duzentos e noventa e dois mil euros) em 2013, perspetivando-se para 2018/2019 um valor de 546.000,00€ (quinhentos e quarenta e seis mil euros), informando que dos anos letivos 2017/2018 para 2018/2019 haveria um acréscimo de cerca de 13% (treze por cento). ----------

----Informou também que a Autarquia efetuara um esforço e investimento significativo em ações de defesa da floresta contra incêndios, referindo que foram feitos cerca de 41 ha (quarenta e um hectares) de faixas de gestão de combustíveis da rede viária florestal municipal, bem como em torno de alguns aglomerados populacionais, dando assim, acima de tudo, resposta e o exemplo de que estava atenta e que fazia a prevenção que se impunha para que o concelho não fosse assolado por este flagelo. Referiu também que o Gabinete Florestal do Município, em conjunto com as Juntas de Freguesia e o SEPNA (Serviços de Proteção da Natureza e do Ambiente), efetuaram diversas ações no terreno para cumprimento do novo regulamento de limpeza e prevenção do fogo e junto dos privados sensibilizar para a necessidade de estes fazerem a sua prevenção. Deu também conhecimento de um protocolo efetuado com a APA (Agência Portuguesa do Ambiente) para efetuar a limpeza das linhas de água, foram feitas intervenções e recuperadas cerca de 80 (oitenta) passagens hidráulicas, inclusive a Câmara de Vila Velha de Ródão foi das poucas autarquias que colocou atempadamente no terreno os meios e concretizou o estipulado neste protocolo. Mais disse que fora aprovada uma candidatura referente ao restabelecimento da floresta afetada por agentes bióticos e

abióticos ou acontecimentos catastróficos, no valor de 144.000,00€ (cento e quarenta e quatro mil euros), que será implementada no terreno no próximo mês de novembro. Referiu também que, entre outras, a Autarquia tinha feito uma candidatura ao programa "VALORIZAR" que fora aprovada e tinha como objetivo complementar um conjunto de investimentos que têm vindo a ser feitos durante os últimos anos, salientando a obra da praia fluvial da Foz do Cobrão, executada com capitais próprios da Câmara Municipal, que devido ao impacto positivo da mesma nesta localidade, perspetivou-se avançar para uma segunda fase da mesma com a previsão de um investimento de cerca de 400.000,00€ (quatrocentos mil euros) com uma taxa de comparticipação de 85% (oitenta e cinco por cento), dando em seguida mais informações sobre este processo.----------

---- Informou também que, em relação à criação da Loja do Cidadão e após alguns anos de negociações com a AMA (Agencia para a Modernização Administrativa), o processo de transferência dos serviços da Autoridade Tributária (AT) e do Instituto de Registos e Notariado (IRN) que funcionam atualmente no edifício da Câmara Municipal, para o rés-do-chão do edifício onde estava a "Maconova", teve resposta positiva de todas as entidades envolvidas, ao projeto apresentado e que o executivo iria avançar com uma candidatura para este fim, sendo espectável iniciar as obras em breve, pretendendo-se assim resolver os problemas de mobilidade relativamente ao edifício dos Paços do Concelho e dar condições adequadas de atendimento a todos os serviços públicos.----------

---- O membro Luis Coutinho disse que o aumento de alunos era ótimo mas presumia que parte deste aumento era referente aos filhos de pessoas que trabalhavam no concelho e traziam os filhos para frequentar cá a escola e que o ideal seria conseguir fazer com que

estas pessoas cá ficassem a residir. ----------

----O Sr. Presidente da Câmara Municipal respondeu que o número de alunos nessa situação era muito baixo, a grande maioria eram provenientes de famílias que residiam no concelho. ----------

----O membro Júlia Ceia solicitou mais informação sobre os trabalhos de implementação das estações de monotorização da qualidade da água no Rio Tejo e para quando a disponibilização dessa informação "*online*". ----------

----O membro Leonor Aragão referiu o trabalho desenvolvido no âmbito do insucesso escolar e disse que com o aumento de cidadãos estrangeiros no nosso concelho, quer devido às empresas quer ao turismo, verificava que havia necessidade de proporcionar o ensino do inglês á população do nosso concelho para possibilitar uma maior interação com os mesmos, questionando se o executivo poderia fazer algo nesse sentido. ----------

----O membro Maria José Sobreira constatou com agrado o grande número de utilizadores das Piscinas Municipais de Vila Velha de Ródão e Fratel, tendo ideia que fora muito superior ao do ano passado. ----------

----O membro Ricardo Morgado corroborou com as palavras do Sr. Presidente da Câmara Municipal e congratulou o Executivo em relação ao aumento de alunos deixando uma palavra de apreço a todo o corpo docente e auxiliares do parque escolar do concelho e ao trabalho desenvolvido na manutenção do bom ambiente escolar. ----------

----O Sr. Presidente da Câmara Municipal começou por referir que a grande afluência das Piscinas municipais se deveu, para além da qualidade das mesmas aliado aos preços atrativos, ao facto de este ano e pela primeira vez, não terem encerrado nenhum dia, o que, em termos operacionais, levou a esforço acrescido e que teria que se

avaliar esta situação para no futuro conseguir manter esta qualidade sem ter um número excessivo de utilizadores. Em relação à monotorização da qualidade da água do Rio Tejo, disse que já tinham sido instalados três monitores no rio, junto a Vila Velha de Ródão, Junto a Perais e Junto ao cais de Fratel e que a escolha destes locais foi condicionada devido a questões técnicas que se prendiam com a fraca qualidade da rede móvel nestes locais, necessária para transmitir em continuo e de forma fiável essa informação mas pensa que esta condicionante estaria ultrapassada e prevê que seja disponibilizada ao público muito em breve. Relativamente ao ensino do inglês referiu que já estava a ser feito aos participantes da Academia Sénior, mas poder-se-ia torna-lo mais abrangente e aberto à comunidade. Em relação ao insucesso escolar disse que os concelhos que compõem a Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa fizeram uma candidatura, já aprovada e nesse âmbito, estavam a desenvolver alguns projetos, tendo em vista a realidade de cada concelho. No nosso concelho já fora criado um gabinete, constituído por uma psicóloga, uma terapeuta ocupacional, uma terapeuta da fala e um licenciado em música, técnicos estes que se complementam e que foram selecionados tendo em conta os projetos apresentados pela Câmara Municipal e que trabalham não só com os jovens mas também com as respetivas famílias, de uma forma abrangente e interativa.-

---- *9-Outros assuntos de interesse para o Município;*----------

---- O membro Fernando Roma referiu-se à qualidade da água distribuída, nomeadamente em Sarnadas de Ródão, dizendo que esta apresenta um mau sabor e tem cheiro, como já referira na última sessão, solicitando mais informação sobre este caso.----------

---- A solicitação do Sr. Presidente da Câmara Municipal, o Sr. Vice-Presidente do Executivo disse que a Autarquia mantinha o

acompanhamento permanente da mesma através da empresa das Águas de Lisboa e Vale do Tejo, da sua monotorização e análises de qualidade e até à data não foram verificadas situações anormais. De quando em vez e devido à lavagem dos depósitos poderá a água apresentar uma cor mais amarelada, o que seria normal nestas situações. ----------

----O membro Fernando Roma respondeu dizendo que esta não era uma situação pontual, que já se arrastava á cerca de três meses e referia-se ao cheiro da água e não á cor, por isso seria aconselhável que se verificasse se os depósitos eram corretamente limpos. ----------

----O membro Ricardo Morgado felicitou o Executivo pela realização de mais um Festival das Sopas de Peixe, salientando o projeto "Ródão á Mesa" que proporcionaria a comercialização e a divulgação dos nossos produtos fora do nosso território, congratulando-se também pelo facto de se estar a tratar do processo de comercialização do doce vencedor do concurso levado a efeito na Feira dos Sabores do Tejo deste ano. Referiu também com agrado a oferta feita aos Bombeiro da nossa Vila pelo empresário Simão Rocha da empresa Plastificadora do Ródão, de uma viatura de combate a incêndios. Por fim, referiu a necessidade de construir os passeios na estrada de entrada na Vila, vindo do acesso à A23, bem como pensar numa requalificação deste espaço. ----------

----O membro Leonor Aragão referiu que também dava o seu contributo para o sucesso escolar de alguns alunos, dando explicações em várias disciplinas, mas entretanto tinha sido avisada que tinha seis meses para abandonar as instalações que lhe tinham sido cedidas para exercer esta atividade, no entanto e apesar das dificuldades iria tentar resolver esta situação. -------

----O Sr. Presidente da Câmara Municipal referiu a importância do

projeto "Ródão à Mesa" na estratégia do Município com o envolvimento dos empresários locais na divulgação dos seus produtos de reconhecida qualidade e assim em conjunto tornar mais eficiente e sem desperdício de recursos a promoção não só dos produtos mas também do concelho e da marca "Terras d'Oiro" a nível nacional. Em relação à qualidade da água disse que iria uma vez mais, junto dos serviços competentes e da empresa Águas de Lisboa e Vale do Tejo tentar perceber o que se passava. Quanto à intervenção na Rua da Estrada, nesta Vila, já fora adjudicada a elaboração do projeto de requalificação desta via, que abrangerá a mesma desde a ponte do Açafal á ponte do Rio Tejo e que além da preocupação com a segurança rodoviária pretenderá ser uma valorização e uma interligação com os espaços envolventes, sendo esta alvo de uma intervenção profunda e com um esforço, em termos de investimento, bastante significativo por parte da Autarquia. Respondendo ao membro Leonor Aragão, disse que o Município apoiava os jovens e tinha iniciativas muito abrangentes que envolviam muitos jovens e no caso que reportou também tinha tido apoio da Câmara Municipal e iria continuar a ter e na impossibilidade de utilização do atual espaço devido a obras de requalificação, ir-se-ia arranjar uma solução para que continua-se a exercer o seu trabalho.----------

---- 10- Período de intervenção do público nos termos do artigo 21º do Regimento; ----------

---- O Sr. João Manuel Almeida Trindade Filipe, residente em Vale da Bezerra, questionou onde é que se situava o Gabinete de Apoio á Vitima no nosso concelho, pois tinha uns documentos que teriam que ser aí entregues.----------

---- O Sr. Presidente da Câmara Municipal respondeu que este gabinete funcionava sob a alçada da GNR (Guarda Nacional

Republicana) e como tal funcionava num espaço próprio, que existe nas suas instalações em Vila Velha de Ródão. ----------

----Não havendo mais intervenções neste ponto, o Presidente da Assembleia Municipal, deu por terminada a presente sessão, pelas vinte e três horas e dela se lavrou a presente ata, que depois de lida e julgada conforme, vai ser assinada pelos membros da mesa. --

Bernardo Maria Pires Dias

Paula Cristina Ribeiro Gonçalves

Partido Socialista

Grupo Parlamentar da Assembleia Municipal de Vila Velha de Ródão

Moção

Exmos Senhores,

O concelho de Vila Velha de Ródão é hoje reconhecido pelo seu elevado desenvolvimento em todas as vertentes nomeadamente no emprego, na saúde, na educação e nos apoios sociais.

Mas, apesar de todos os esforços que o Município de Vila Velha de Ródão faz em prol dos seus munícipes, vive-se hoje um sentimento de insegurança no concelho motivado por sucessivos roubos de máquinas e alfaias agrícolas, mas também de assaltos a diversas propriedades como galinheiros, casas de arrumos, vulgos "palheiros" com arrombamentos e destruição de portas para o roubo de motores de rega e ferramentas.

O grupo parlamentar do Partido Socialista, na senda do desenvolvimento acima relatado, entende que é hora de exigir às autoridades de segurança uma maior vigilância, dos grupos com referência da atividade criminosa.

Vivemos tempos preocupantes com a desertificação humana causa principal de todos estes males, o que permite a proliferação de gente dedicada aos assaltos a bens alheios.

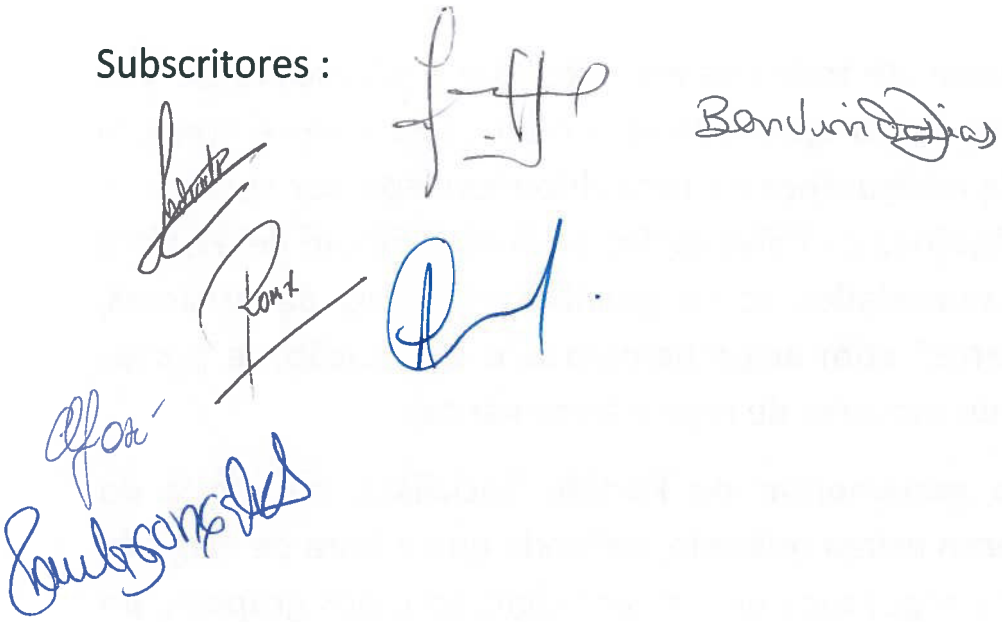
A paz social das nossas aldeias encontra-se comprometida com a falta de segurança de pessoas e bens.

Partido Socialista

Num País, onde se continuam a fechar serviços básicos como escolas, postos de correios e agências bancárias, julgamos chegar o momento de exigir o reforço de efetivos de segurança pública. Pretende-se um aumento de meios humanos e viaturas das forças de segurança, de modo a manter os níveis de confiança e tranquilidade, a que as populações do concelho de Vila Velha de Ródão têm direito!

Vila Velha de Ródão, 21 de setembro de 2018

Subscritores :



Almaraz: construção do aterro de resíduos nucleares

A Central Nuclear de Almaraz é um dos poucos consensos nacionais: todos os partidos representados no Parlamento aprovaram uma moção a exigir o fim da Central Nuclear de Almaraz. Que usa o rio Tejo para se refrigerar e que assim o contamina.

Com as suas centenas de falhas ao longo dos anos, tendo ultrapassado já em 6 anos o prazo de validade, deixa-nos apreensivos. Se houver um acidente sério, as populações que vivem nas margens do Tejo, estarão expostas à forte radiação atmosférica.

A construção de um aterro nuclear, representando desprezo total do governo espanhol pela forma como tratou o governo português, poderá insinuar a materialização da continuação da central nuclear. A funcionar desde o início da década de 1980, são 40 anos de vida útil com licença de laboração até junho 2020.

Todavia, o passado dia 11 de setembro, trouxe-nos a notícia, segundo o Movimento Ibérico Antinucler (MIA), que a central já recebeu autorização para pôr em funcionamento o armazém de resíduos.

A entrada em funcionamento do ATI (Armazém Temporário Individualizado), poderá servir para receber resíduos das outras centrais nucleares espanholas, visto que Almaraz tem capacidade para armazenar os seus resíduos até ao final da sua vida útil.

As dúvidas levam-nos a pensar que, por trás desta medida, poderá estar uma eventual prorrogação do período de vida da central.

Não queremos ser pessimistas a este ponto. Não queremos pensar no volte face por parte do governo espanhol que já deu conta que teria interesse em encerrar as centrais nucleares no final do seu período de vida. Queremos assumir que esta solução seja apenas de armazenamento e que, de forma alguma, possa colocar em causa a não renovação, pós 2020.

Cientes que o tema é relevante, que estão em causa princípios básicos como a segurança pública e ambiental, a bancada do Partido Socialista fará chegar uma carta ao Sr. Ministro do Ambiente, no sentido de uma tomada de posição firme junto do Governo Espanhol. Os perigos da central pairam sobre os rodenses e as notícias mais recentes não nos poderão deixar de consciência tranquila.